



AFRICA CENTER
FOR STRATEGIC STUDIES

**Otimizar a coordenação entre a
segurança e a justiça para
combater o crime organizado
transnacional**

PLANO DE ESTUDOS

**Fevereiro-março
de 2021**



AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES

OTIMIZAR A COORDENAÇÃO ENTRE A SEGURANÇA E A JUSTIÇA PARA COMBATER O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL

9-10 de fevereiro de 2021

16-17 de fevereiro de 2021

23-24 de fevereiro de 2021

2-3 de março de 2021

PLANO DE ESTUDOS

Tabela de conteúdos

Sobre o Centro de Estudos Estratégicos de África	4
Introdução	5
Mapa de África	8
Conteúdo pré-programa: Coordenação das respostas de segurança e justiça ao COT: Uma introdução	9
Semana 1: Utilização da coordenação regional e transfronteiriça para combater o COT	12
Semana 2: Promoção da coordenação inter-agências ao nível nacional para combater o COT	15
Semana 3: Facilitação da coordenação de segurança-justiça em áreas urbanas e rurais	18
Semana 4: Implementação de uma coordenação inclusiva dos cidadãos e das comunidades	21

SOBRE O CENTRO AFRICANO

Desde a sua criação, em 1999, o Centro Africano tem servido como um fórum para pesquisa, programas acadêmicos e troca de ideias com o objetivo de melhorar a segurança dos cidadãos através do reforço da eficácia e responsabilização das instituições africanas, em apoio à política E.U.A - África.

VISÃO

Segurança para todos os africanos defendida por instituições eficazes e responsabilizáveis perante os seus cidadãos.

A concretização da visão de uma África livre da violência armada organizada, garantida por instituições africanas empenhadas em proteger os cidadãos africanos é a motivação motriz do Centro Africano. Este objetivo sublinha o compromisso do Centro em contribuir para impactos tangíveis, trabalhando com os nossos parceiros africanos - militares e civis, governamentais e da sociedade civil bem como nacionais e regionais. Todos têm papéis valiosos a desempenhar na atenuação dos complexos fatores de conflito que existem atualmente no continente. A prestação de contas perante os cidadãos é um elemento importante da nossa visão, pois reforça o ponto de vista de que, para serem eficazes, as instituições de segurança devem ser não só "fortes", mas também sensíveis aos direitos dos cidadãos e protetoras dos mesmos.

MISSÃO

Fazer avançar a segurança africana através da expansão do conhecimento, fornecendo uma plataforma de confiança para o diálogo, criando parcerias duradouras e catalisando soluções estratégicas.

A missão do Centro Africano centra-se na produção e disseminação do conhecimento através da nossa investigação, programas académicos, comunicações estratégicas e delegações comunitárias. Com base nas experiências práticas e lições aprendidas com os esforços de segurança no continente, pretendemos gerar uma visão e análise relevantes que possam informar os profissionais e decisores políticos sobre os prementes desafios de segurança que enfrentam. Reconhecendo que enfrentar desafios sérios só pode acontecer através de trocas francas e ponderadas, o Centro fornece plataformas presenciais e virtuais onde os parceiros podem trocar opiniões sobre prioridades e boas práticas. Estas trocas promovem relacionamentos que, por sua vez, são mantidos ao longo do tempo através das delegações comunitárias do Centro, comunidades de interesse, programas de acompanhamento e diálogo contínuo entre participantes e funcionários. Este diálogo - alimentado com experiências do mundo real e novas análises - proporciona uma oportunidade para a aprendizagem contínua e catalisa ações concretas.

MANDATO

O Centro Africano é uma instituição do Departamento de Defesa dos Estados Unidos criada e financiada pelo Congresso para o estudo de questões de segurança relacionadas com África e serve como um fórum para investigação, comunicação, troca de ideias e formação bilaterais e multilaterais envolvendo participantes militares e civis. (10 U.S.C 342)

Visão geral

O desmantelamento das redes de crime organizado transnacional (COT) requer frequentemente ações conjuntas por parte das forças armadas, das autoridades responsáveis pela aplicação da lei e dos agentes de justiça, em concertação com as comunidades, os estrategas de segurança e os organismos regionais relevantes. Em alguns países africanos estes atores já estão a coordenar alguns esforços contra o COT. Existe, portanto, uma oportunidade para os agentes de segurança e justiça africanos intensificarem a sua aprendizagem comparativa sobre a gama de esforços de coordenação em curso, bem como os pontos fortes e fracos das iniciativas de coordenação para combater o COT em diversos contextos: ao nível transfronteiriço, ao nível nacional entre agências, em áreas urbanas e rurais e ao nível do cidadão e da comunidade.

O programa académico virtual do Centro Africano encorajará os profissionais a considerar o valor estratégico da coordenação da segurança e justiça a partir destas quatro perspetivas multidimensionais, bem como através de uma lente sensível às questões de género, juventude e grupos politicamente marginalizados afetados pelo COT. Ao examinar a interdependência do trabalho de segurança e justiça na luta contra o COT, os participantes podem combinar melhor os seus esforços para desmantelar as redes de COT de forma ágil, através do Estado de direito e com estratégias de economia política que abordem os fatores de segurança, desenvolvimento e governação que permitem o COT. Através da aprendizagem entre pares e da partilha de experiências, os participantes neste seminário do Centro Africano terão a oportunidade de considerar diferentes formas de traçar e implementar várias formas de coordenação no seu trabalho para combater o COT.

Objetivos do programa

Este seminário virtual de quatro semanas foi concebido para facilitar o envolvimento dos participantes na aprendizagem inter-sectorial e interdisciplinar entre pares sobre as implicações estratégicas da coordenação entre os atores da defesa, da aplicação da lei e da justiça dentro do sector de segurança para combater o COT, incluindo, mas não se limitando, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, contrabando de pessoas e crimes relacionados com recursos naturais. Os participantes considerarão estes temas em relação à sua própria região (seja na África Ocidental ou Austral) bem como numa perspetiva regional comparativa, para refletir sobre as lições que podem ser aprendidas domesticamente, nos países vizinhos e noutras partes de África. Para isso, o programa tem três objetivos:

1. Compreender o leque de iniciativas em curso em diferentes regiões de África para reforçar a coordenação entre o sector de segurança e justiça no combate a várias formas de COT (incluindo, mas não limitado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, contrabando de pessoas e crimes relacionados com os recursos naturais).
2. Avaliar até que ponto os atuais esforços de coordenação se enquadram nas estratégias e abordagens regionais, nacionais e locais para combater o COT, tanto em teoria como na prática.
3. Comparar experiências com a coordenação militar, policial e judicial no combate ao COT dentro e fora das fronteiras do país, tanto em contextos rurais como urbanos.

Abordagem acadêmica

Reconhecendo a diversidade de desafios e oportunidades no domínio do combate contra o crime organizado transnacional, este workshop procurará captar lições importantes e boas práticas através de:

- a) O conteúdo pré-programa, neste plano de estudos e em vídeo, será para introduzir questões de fundo sobre as tendências do COT em termos de atores criminosos e mercados criminosos na África Ocidental e Austral, a economia política do COT e a resiliência dos estados africanos e o papel da coordenação segurança-justiça neste quadro estratégico.
- b) Sessões plenárias virtuais que reforcem a aprendizagem entre pares e a resolução coletiva de problemas em quatro aspectos diferentes coordenação no combater ao COT: coordenação transfronteiriça, coordenação inter-agências ao nível nacional, coordenação subnacional em áreas urbanas e rurais e coordenação ao nível local, que inclui residentes, cidadãos e comunidades. Estes desafios aplicam-se a vários tipos de COT, incluindo tráfico humano, contrabando de pessoas, roubo de recursos naturais, caça furtiva, tráfico de drogas e de armas e muito mais.
- c) Discussões em pequenos grupos, específicas a cada região, que reforcem os objetivos de aprendizagem, ajudando os participantes a trocar lições aprendidas sobre coordenação e a desenvolver novas ideias sobre o reforço da coordenação que poderiam implementar conjuntamente com os seus homólogos, em matéria de segurança e justiça nos países vizinhos ou com outros membros da Comunidade Económica Regional (CER).

O workshop será realizado em inglês, francês e português. O programa será conduzido sob uma política rigorosa de não-atribuição durante as sessões semanais de grupos de discussão bem como durante a parte de perguntas e respostas das sessões plenárias semanais. As sessões plenárias serão gravadas e publicadas no website e canal YouTube do Centro Africano após o encerramento do programa, mas os grupos de discussão não serão gravados.

Conteúdo do pré-programa e do plano de estudos

Este plano de estudos fornece uma visão geral dos objetivos académicos e questões políticas fundamentais relacionadas com o combate ao crime organizado transnacional em vários contextos locais, nacionais e regionais africanos. O conteúdo do pré-programa prepara os participantes do seminário para as quatro semanas de sessões plenárias virtuais e grupos de discussão e deve ser lido de antemão. Este conteúdo fornece uma base útil sobre como definir o COT, que mecanismos de coordenação existem para o combater, quem são os principais tipos de atores criminosos, que mercados criminosos estão envolvidos, e como os estados africanos podem tentar reforçar a sua resiliência, incluindo através da coordenação.¹

Para cada sessão semanal listada no plano de estudos, fornecemos objetivos de aprendizagem e uma introdução escrita ao tema que os oradores cobrirão na sessão plenária dessa semana. Também listamos perguntas que os participantes devem estar preparados para responder na reunião semanal do grupo de discussão, a ser realizada no

dia seguinte à sessão plenária. Finalmente, incluímos uma seleção de leituras recomendadas que podem ser úteis à medida que os participantes aplicam o que aprenderam com o seminário. As sessões semanais concentram-se em quatro elementos de coordenação que são estrategicamente importantes - e potencialmente sinérgicos - para combater o COT. A Semana 1 é dedicada à coordenação regional e transfronteiriça; a Semana 2 centra-se na coordenação a nível nacional, entre agências; a Semana 3 compara e contrasta abordagens à coordenação em áreas urbanas e rurais; e a Semana 4 abrange a implementação da coordenação inclusiva de cidadãos e comunidades, bem como o motivo pelo qual esta é essencial para uma coordenação de nível superior.

O objetivo principal das leituras sugeridas para cada semana do programa de estudos é ajudar a enquadrar os desafios da coordenação segurança-justiça no contexto da bolsa de estudos disponível, da evidência empírica e da documentação de políticas. É útil consultar as leituras recomendadas no plano de estudos antes do seminário. Também esperamos que os participantes usem esses materiais como recursos, mesmo após a conclusão do programa. Encorajamos os participantes a fazer perguntas e sugestões sobre os materiais e o seminário. A qualidade dos nossos programas beneficiou do entusiasmo dos participantes do passado, que podem oferecer críticas e sugestões construtivas. Estamos disponíveis para discutir tópicos específicos com os participantes.

Além disso, os participantes do seminário possuem experiências e conhecimentos relevantes sobre esses temas. Encorajamos os participantes a partilhar experiências durante as sessões, a fim de maximizar a aprendizagem coletiva e a resolução de problemas. Os materiais externos e o conteúdo académico deste programa não refletem a posição oficial do Departamento de Defesa ou do governo dos EUA. Este plano de estudos é um documento educativo que pretende expor os participantes a várias perspetivas, para ajudá-los a tirar o máximo proveito do programa.

Preparação para o seminário

Antes da primeira semana do seminário, pedimos que os participantes:

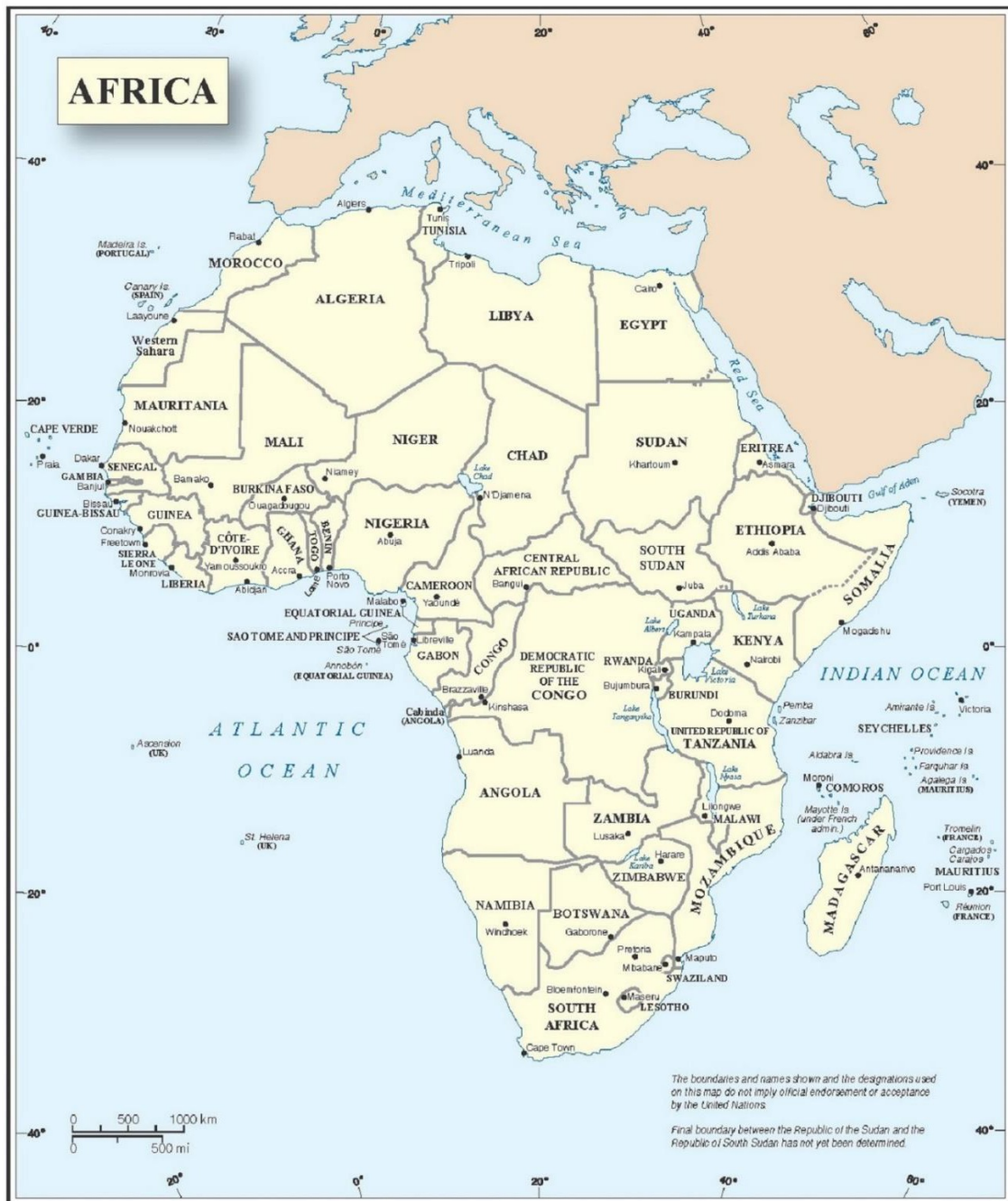
1. Vejam a gravação do professor, Dr. Kelly, para uma introdução às tendências de COT em África e o significado da coordenação.
2. Leia este plano de estudos, principalmente as seções sobre o conteúdo do pré-programa e a Semana 1. Leiam algumas ou todas as leituras recomendadas.
3. Reflita e responda às perguntas da Semana 1, considerando as experiências do seu trabalho para partilhar em grupos de discussão.
4. Estejam preparados para participar ativamente em grupos de discussão e aprender com participantes de outros países.

Antes de cada semana do seminário, pedimos que os participantes:

1. Leiam a secção relevante do plano de estudos para enquadramento.
2. Leiam algumas ou todas as leituras recomendadas.
3. Reflitam e respondam às perguntas da discussão.
4. Reflitam e respondam às perguntas para discussão semanal, considerando as experiências do trabalho para partilhar em grupos de discussão.

5. Estejam preparados para participar ativamente em grupos de discussão e aprender com participantes de outros países.

Mapa de África



Conteúdo pré-programa: Uma introdução à coordenação das respostas de segurança e justiça ao combate ao crime organizado transnacional

Formato: Webcasts pré-gravados de caráter obrigatório para os participantes assistirem antes da Semana 1 do programa

Objetivos:

- Rever as definições da Convenção de Palermo de grupos criminosos organizados e crimes transnacionais
- Participar numa descrição dos atores, mercados e resiliência do COT na África Ocidental e Austral, com base em abordagens de economia política e no *ENACT Organized Crime Index Africa 2019*
- Compreender porquê e como a coordenação segurança-justiça é um elemento importante da resistência dos estados africanos ao COT, bem como a necessidade de ligação a uma estratégia mais ampla de utilização do nexos segurança-desenvolvimento-governança para abordar as forças motrizes do COT
- Rever os quatro aspetos estratégicos da coordenação segurança-justiça que o seminário abrangerá: coordenação transfronteiriça, coordenação inter-agências, abordagens urbanas e rurais à coordenação, abordagens inclusivas à coordenação junto dos cidadãos e das comunidades

Enquadramento

Uma análise sólida das implicações estratégicas da coordenação entre os atores de defesa, autoridades responsáveis pela aplicação da lei, segurança nacional e justiça para combater o crime organizado transnacional (COT) requer uma compreensão sólida do que é o COT e a sua descrição em diferentes partes de África. O vídeo de pré-programa, [“Reforço da coordenação segurança-justiça para combater o COT: Uma Introdução”](#), fornece esta visão geral, explicando ao mesmo tempo o que é coordenação e porque é um elemento notável de como os estados africanos podem tentar construir resiliência ao COT ao nível doméstico e regional.

Definição de COT

De modo geral, não existe uma definição consistente de crime organizado, mas a Convenção da ONU sobre o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo) - que a maioria dos países africanos ratificou - define “grupos criminosos organizados” como consistindo em três ou mais pessoas, existentes por um período de tempo, que atuam em conjunto com o objetivo de cometer pelo menos um crime punível com quatro anos de prisão. Para se qualificarem como grupos criminosos organizados, os membros devem atuar em conjunto para cometer esses crimes, a fim de obterem um benefício financeiro ou outro benefício material, seja direta ou indiretamente.² Deste modo, outros analistas definiram crime organizado como “uma série de atividades ilegais, muitas vezes dentro de uma economia ilícita, realizadas por grupos organizados ou redes de pessoas ao longo do tempo e com fins lucrativos”, muitas vezes alimentadas pelo uso da violência e/ou corrupção.³ O crime organizado é transnacional quando estas atividades atravessam de alguma forma as fronteiras políticas oficiais e, portanto, são “planeadas, preparadas, cometidas, ou têm consequências significativas em múltiplos Estados”, de acordo com a Convenção de Palermo.

Abordagens para compreender o COT

Uma **abordagem de economia política** para compreender o COT é útil para desenvolver respostas de coordenação de segurança e justiça que abordem as questões de segurança, desenvolvimento e governança que permitem o COT. Economia política é “o estudo das decisões racionais no contexto das instituições políticas e económicas”, que moldam os incentivos dos vários atores para se

comportarem de determinadas formas.⁴ Assim, as abordagens de economia política priorizam a identificação dos fatores políticos e económicos que determinam os incentivos dos vários atores estratégicos para tomarem decisões que podem, em conjunto, fomentar ou desencorajar as atividades de COT. O *Índice de Crime Organizado África 2019* publicado pelo Consórcio ENACT (INTERPOL, Institute for Security Studies-Africa, and the Global Initiative against TOC) fornece um exemplo de tal estrutura para a compreensão e resposta ao COT. De acordo com o *Índice*, o crime organizado é perpetrado em África por **quatro atores criminosos primários**: atores estatais, redes criminosas, atores estrangeiros e atores do tipo máfia. De acordo com o *Índice*, um dos padrões mais proeminentes relacionados com o COT nos países africanos é a conivência e interdependência entre os atores estatais e as redes criminosas para perpetrar o COT. A cumplicidade de certos atores estatais de alto nível na corrupção que facilita o crime organizado está documentada nomeadamente no *Report of the High-Level Panel on Illicit Financial Flows* da Comissão Económica das Nações Unidas para a África.⁵ Quando esses atores facilitam o COT, isso desvia as receitas fiscais do Estado, priva os cidadãos de seus recursos públicos legítimos e reprime o crescimento e o desenvolvimento. O *Índice* também rastreia dez diferentes **mercados criminosos**: contrabando de pessoas, tráfico de pessoas, tráfico de armas, crimes de flora, crimes de fauna, crimes de recursos não renováveis, e vários negócios de drogas (heroína, cocaína, cannabis, sintéticos). Finalmente, o *Índice* sugere doze fatores suscetíveis de afetar a **resiliência dos estados** africanos ao COT: liderança política e governação, transparência e responsabilização governamental, cooperação internacional, políticas e leis nacionais, capacidade judicial, aplicação da lei, anti-branqueamento de dinheiro, capacidade reguladora económica, apoio às vítimas e testemunhas, prevenção, envolvimento de atores não-estatais na resposta ao CO e integridade territorial.⁶

Papel da coordenação no combate ao COT

Coordenação em várias partes do sector de segurança e justiça para combater o COT é um processo que tem o potencial de influenciar vários dos fatores de resiliência acima. A coordenação é o processo de tentar fazer com que diferentes partes de um sistema e várias organizações trabalhem em conjunto de forma mais eficaz.⁷ A coordenação pode ser precursora de uma cooperação eficaz para alcançar os objetivos de segurança nacional e, quando bem feita, pode ajudar a minimizar a concorrência e a reforçar a complementaridade entre as entidades envolvidas. Isto, por sua vez, pode ajudar a resolver problemas a longo prazo com os quais nenhuma instituição ou agência poderia lidar tão eficazmente por si só.⁸ As redes de COT unem sindicatos criminosos, funcionários governamentais corruptos e facilitadores locais que rapidamente se adaptam para escapar aos esforços dos estados africanos para detetá-los e puni-los.⁹ Para construir a resiliência dos estados africanos ao COT, os atores de segurança e justiça dos estados terão de antecipar estas possibilidades de adaptação e criar mecanismos e práticas para responder de forma ágil à evolução e comportamento das redes de COT. É aqui que a coordenação pode vir a ser útil. Vários aspetos diferentes são úteis: coordenação transfronteiriça entre os diferentes atores de segurança e justiça dos países, coordenação inter-agências e interministerial a nível nacional e esforços de coordenação que se enraízam nas perspetivas, experiências e abordagens dos cidadãos e comunidades locais para lidar com o COT, tanto em áreas urbanas como rurais. Este seminário irá abranger cada um destes aspetos da coordenação.

Perguntas para discussão:

- Com base no seu atual entendimento de como a justiça, as forças armadas e as autoridades responsáveis pela aplicação da lei estão ligadas ao COT, o que espera aprender através deste seminário?

Leitura recomendada:

1. "Executive Summary," *Organised Crime Index Africa 2019, Global Initiative Against Transnational Organized Crime*, https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2019/09/enact_report.pdf
 - o Para encontrar o relatório sobre o seu país, visite: *Data Analysis Portal for Organised Crime Index Africa 2019*, <https://ocindex.net/>
2. Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional e os seus protocolos,
<https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf>

Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional e os seus protocolos,
<https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-f.pdf>
3. Mark Shaw, "Africa's Changing Place in the Global Criminal Economy," ENACT Continental Report 1, September 2017, <https://enact-africa.s3.amazonaws.com/site/uploads/2017-09-26-enact-continental-report1.pdf>

« L'évolution de la place de l'Afrique dans l'économie criminelle mondiale, » ENACT Continental Report 1, septembre 2017,
<https://enactafrica.org/research/continental-reports/levolution-de-la-place-de-lafrique-dans-leconomie-criminelle-mondiale>
4. B. Guy Peters, "The Challenge of Policy Coordination," *Policy Design and Practice* 1:1, 2018, -1-11, <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/25741292.2018.1437946>

Leitura adicional:

"Criminal Economies and Illicit Financial Flows in West Africa," in *Illicit Financial Flows : The Economy of Illicit Trade in West Africa*, OECD Publishing, 2018, pp. 57-106, <https://www.oecd.org/corruption/illicit-financial-flows-9789264268418-en.htm>

"Les économies criminelles et les flux financiers illicites en Afrique de l'Ouest," dans *Flux financiers illicites: L'économie de commerce illicite en Afrique de l'Ouest*, Editions OCDE, 2018, pp. 57-106, <https://www.oecd.org/corruption/illicit-financial-flows-9789264268418-en.htm>

"Policy Toolkit on The Hague Good Practices on the Nexus between Transnational Organized Crime and Terrorism," UN Interregional Crime and Justice Research Institute & GCTF, <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210044486/read>

"Outils de mise en place de politiques: Les bonnes pratiques de la Haye sur les liens entre la criminalité organisée et le terrorisme," UNICRI et GCTF, 2019, http://www.unicri.it/sites/default/files/2020-01/policy_toolkit_fr.pdf

Semana 1: Utilização da coordenação regional e transfronteiriça para combater o COT

Formato: Sessão plenária: Terça-feira, 9 de fevereiro, 12:00-13:30 GMT

Grupo de discussão: Quarta-feira, 10 de fevereiro, 12:00-13:30 GMT

Objetivos:

- Compreender por que razão a coordenação regional e transfronteiriça é importante para combater o COT, e como afeta a resiliência dos estados aos atores e mercados do COT na África Ocidental e Austral
- Avaliar os atuais pontos fortes e fracos dessa coordenação, quer entre países vizinhos quer ao nível da CER, através do envolvimento com exemplos de coordenação transfronteiriça
- Identificar elementos estratégicos, políticos e técnicos chave da coordenação transfronteiriça que influenciam a resiliência dos estados africanos a múltiplos tipos de COT

Enquadramento:

As pessoas que perpetram o COT trabalham em conjunto para explorar as diferenças transfronteiriças em economia e políticas, que alimentam os mercados ilícitos por trás do tráfico, da caça furtiva e do contrabando. Adotam uma abordagem pragmática para obter lucro, na qual as redes criminosas se adaptam às condições locais e se deslocam entre diferentes mercados ou localizações geográficas para facilitar as transações de COT. Estas transações envolvem frequentemente redes criminosas que atravessam as fronteiras políticas oficiais e que dizem respeito a múltiplos governos nacionais. Por este motivo, é desejável uma coordenação transfronteiriça entre as forças armadas dos diferentes países, as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e os sistemas judiciais estatais. Seja ao nível transfronteiriço, nacional ou ambos, a coordenação é o processo de tentar fazer com que diferentes partes de um sistema e várias organizações trabalhem em conjunto de forma mais eficaz.¹⁰ Porque o COT é uma ameaça que ignora fronteiras políticas e jurisdições legais, a coordenação transfronteiriça não só é desejável mas também necessária para que os países africanos alcancem os objetivos de segurança nacional. Quando bem feita, a coordenação pode ajudar os estados africanos a mobilizarem-se coletivamente e a utilizarem os recursos de forma a minimizar a competição e aumentar a complementaridade das instituições de segurança e justiça dos diferentes países. Quando bem feita, a coordenação também pode ajudar esses países a se tornarem mais rápidos e ágeis no combate aos atores criminosos, que se aproveitam de estados lentos ou despreparados para responder em conjunto com seus vizinhos e outros aliados.

A coordenação transfronteiriça assume muitas formas. **Comunidades Económicas Regionais (CER)** como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDE AO) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) lideram certos tipos de coordenação; em alguns casos, existem políticas e planos regionais para combater o COT como um todo ou algumas das suas formas particulares. As CER também podem ser um meio através do qual os Estados Membros podem trabalhar para a implementação de planos de ação regionais ou outras medidas contra o COT que promovam o cumprimento de várias convenções legais que tenham assinado e ratificado a nível nacional. **A coordenação bilateral** entre Estados que partilham fronteiras também é crucial, uma vez que muitos dos atores estrangeiros que perpetram o COT em países africanos são cidadãos de Estados contíguos. Assim, as respostas policiais e judiciais requerem frequentemente a coordenação entre a polícia, as forças militares e os procuradores dos países vizinhos. **A coordenação internacional e continental** são outros elementos notáveis da coordenação.

A coordenação transfronteiriça é uma das várias componentes potenciais da construção da **resiliência** dos estados africanos ao COT, um empreendimento que envolve a melhoria da capacidade dos líderes, instituições, sistemas e cidadãos para lidar com o COT de formas adaptáveis, mitigar danos e reduzir vulnerabilidades futuras.¹¹ Para reduzir as barreiras à coordenação transfronteiriça, o governo africano deve assumir mais compromissos para harmonizar as suas leis e procedimentos nacionais de apreensão, investigação e acusação dos perpetradores do COT. Os resultados dos esforços de combate ao COT são frequentemente moldados por uma coordenação formal (acordos bilaterais ou regionais de assistência jurídica mútua ou de cooperação policial, por exemplo), assim como por uma coordenação formal ou *ad hoc* entre autoridades locais. A coordenação pode envolver o reforço da assistência jurídica mútua ou a partilha de informações entre países para facilitar investigações e processos; a realização de patrulhas conjuntas ou missões de assuntos civis nas regiões fronteiriças afetadas pelo COT; ou a melhoria das comunicações entre as agências aduaneiras dos diferentes países para detetar transbordos ilegais. Algumas iniciativas nestes domínios já estão em curso na África Ocidental e Austral, e também envolvem Estados africanos em coordenação com organizações internacionais (INTERPOL, UNODC) e doadores bilaterais.

A Iniciativa da Costa Oeste Africana (WACI), a Rede de Procuradores e Autoridades Centrais da África Ocidental contra o Crime Organizado (WACAP), a Plataforma Judicial do Sahel, a Rede de Cooperação Judicial dos Grandes Lagos, a Plataforma Regional Judicial dos Países da Comissão do Oceano Índico, o Fórum de Conselheiros de Segurança Nacional da África Ocidental, a Organização de Cooperação dos Chefes de Polícia Regionais da África Austral (SARPCCO) e o Comité dos Chefes de Polícia da África Ocidental (WAPCCO) são apenas alguns. Outros exemplos notáveis vêm do domínio marítimo. O Código de Conduta de Lomé entre 25 estados da África Ocidental e Central estabeleceu modos de coordenação transfronteiriça para reduzir a pirataria, o roubo de recursos naturais e a pesca ilegal, Não Regulamentada e Não Reportada (INN).¹² Do mesmo modo, no Oceano Índico, um Centro Regional de Coordenação Operacional nas Seicheles e um Centro Regional de Fusão de Informação Marítima em Madagáscar facilitam a partilha de informação transfronteiriça.¹³ AFRIPOL, a instituição da União Africana para a cooperação policial, também procura melhorar a partilha de informações para combater o COT.¹⁴

Perguntas para discussão:

- O seu país trabalha com países vizinhos ou outros países da CEDE AO ou da SADC para combater o COT e, em caso afirmativo, de que forma?
- Quais são os atuais desafios que o seu país enfrenta relativamente à coordenação transfronteiriça para combater o COT? Há alguns exemplos que possa partilhar?
- Que tipo de funções de coordenação do sector de segurança e justiça você ou os seus colegas desempenharam nos esforços para combater o COT? Que áreas de coordenação precisam de ser reforçadas?

Leitura recomendada:

1. “*Coordination and Regional Cooperation*,” in *Preventing and Combating Trafficking in Persons: Lessons from the SADC Region*, Southern African Development Community Secretariat, 2017, pp. 25-28, https://www.sadc.int/files/1115/0953/7902/EN_TIP_Lessons.pdf

“*Coordenação e Cooperação Regional*,” dentro *Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas: Lições da Região da SADC*, Secretariado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), 2017, pp. 27-31, https://www.sadc.int/files/6815/0953/7922/PT_TP_Licoes.pdf

2. *West African Network of Central Authorities and Prosecutors against Organized Crime, "Cooperating Across Border to Effectively Tackle Transnational Organized Crime,"* UNODC & WACAP, January 2020, https://www.unodc.org/res/organized-crime/gptoc_news-and-events_ninth-wacap-plenary-meeting_html/BROCHURE_COMPILATION_OF_SUCCESS_STORIES_-_English.pdf
Réseau des Autorités Centrales et Procureurs de l'Afrique de l'Ouest contre le crime organisé, « La coopération transfrontalière pour lutter efficacement contre la criminalité transnationale organisée, » ONUDC et WACAP, janvier 2020, https://www.unodc.org/res/organized-crime/gptoc_news-and-events_ninth-wacap-plenary-meeting_html/BROCHURE_COMPILATION_OF_SUCCESS_STORIES_-_French.pdf
3. Thierry Vircoulon & Violette Tournier, « *Sécurité dans le golfe de Guinée : un combat régional,* » *Politique Etrangère* 3, 2015, <https://www.cairn.info/revue-politique-etrangere-2015-3-page-161.htm>
4. "Innovating Security Solutions in the Seychelles," *Africa Center for Strategic Studies*, May 25, 2018, <https://africacenter.org/spotlight/innovating-security-solutions-on-the-seas-in-the-seychelles/>

Leitura adicional:

"SADC strengthens strategy to silence the guns," *ISS-Africa*, November 25, 2020, <https://issafrica.org/impact/sadc-strengthens-strategy-to-silence-the-guns>

"Maritime Security in the Western Indian Ocean: A Conversation with Assis Malaquias," *Africa Center for Strategic Studies*; 7 July 2017, <https://africacenter.org/spotlight/maritime-security-western-indian-ocean-a-discussion-with-assis-malaquias/>

« *La sécurité maritime dans la partie occidentale de l'Océan Indien : une discussion avec Assis Malaquias,* » Centre d'Etudes Stratégiques d'Afrique, 5 juillet 2017, <https://africacenter.org/fr/spotlight/la-securite-maritime-dans-la-partie-occidentale-de-loceanindien-une-discussion-avec-assis-malaquias/>

"Interdiction Efforts Adapt as Drug Trafficking Modernizes," *Africa Center for Strategic Studies*, November 7, 2017, <https://africacenter.org/spotlight/interdiction-efforts-adapt-drug-trafficking-africa-modernizes/>

Semana 2: Promoção da coordenação inter-agências ao nível nacional para combater o COT

Formato: Sessão plenária: Terça-feira, 16 de fevereiro, 12:00-13:30 GMT

Grupo de discussão: Quarta-feira, 17 de fevereiro, 12:00-13:30 GMT

Objetivos:

- Compreender porque é que a coordenação inter-agências ao nível nacional, dentro e fora do sector da segurança, é importante para combater o COT
- Comparar e contrapor as perspetivas dos agentes da defesa/segurança, investigação e justiça sobre os benefícios e limites da coordenação para combater o COT
- Identificar estratégias, políticas e elementos técnicos importantes na coordenação inter-agências que têm influência na resiliência dos estados africanos em relação aos vários tipos de COT

Enquadramento

Desenvolver relações laborais mais fortes entre os vários tipos de agentes no sector da segurança, assim como entre os agentes de segurança do estado e da justiça, é outro elemento essencial para a coordenação que pode ajudar a combater o COT. Alguns dos mecanismos a nível nacional relevantes para combater o COT poderão ser inter-agências (aperfeiçoar o trabalho das agências dentro do mesmo departamento ou ministério), enquanto outros poderão ser **interministeriais** (aperfeiçoar o trabalho de diferentes departamentos ou ministérios).

Alguns exemplos de medidas que certos países tomaram para melhorar a coordenação nacional incluem a aprovação de provisões para a polícia judiciária agir em conjunto com os militares para combater o COT; constituir unidades especiais focadas no COT, que combinam agentes militares, polícias e *gendarmes* nas suas colocações estratégicas em zonas fronteiriças; e estabelecer a ligação entre unidades judiciais especiais ou pontos focais inter-agências e os seus homólogos no sector da segurança. O sucesso das estruturas de coordenação depende da iniciativa do governo para fazer com que essas estruturas funcionem, assim como do compromisso dos indivíduos em participar nessas estruturas de formas fundamental e tecnicamente sólida.¹⁵ Em geral, quando realizada corretamente, a coordenação entre a segurança e a justiça basear-se-á em definições claras dos papéis e responsabilidades que facilitam a resolução de problemas a longo prazo.¹⁶ Os aspetos positivos e negativos da coordenação serão avaliados e tidos em consideração, havendo a perceção, por parte dos líderes que encabeçam essa coordenação, que demasiada coordenação ou o tipo errado de coordenação também pode diminuir os benefícios que a especialização e certos tipos de sobreposição nos papéis e responsabilidades pode trazer para os esforços de combate ao COT.¹⁷ Alcançar o equilíbrio certo no contexto local é essencial para dominar a arte e a ciência de formular políticas de resposta.

A coordenação inter-agências e interministerial é útil por vários motivos. Em primeiro lugar, **fornece uma margem fundamental e técnicas para que os estados integrem não só a defesa, mas também desenvolvam abordagens baseadas na governança incluídas nos seus esforços para combater o COT.** As investigações mostram que equilibrar estas abordagens para combater o COT tem mais probabilidade de resultar em soluções sustentáveis porque os fatores facilitadores do COT estão relacionados não só com a segurança, mas também com questões de segurança e governança que recaem sob a alçada de várias agências nacionais e ministérios.¹⁸

Em segundo lugar, a cooperação inter-agências ajuda a **assegurar que as respostas sejam tecnicamente sólidas e sequenciadas de forma apropriada**. Por exemplo, o trabalho dos militares, investigadores, agentes da autoridade e promotores públicos para combater o COT é interdependente e o funcionamento da cadeia da justiça criminal depende do compromisso partilhado destes atores para com os padrões do Estado de direito, comunicação clara e esforços conjuntos. Em particular, é mais fácil deter o COT através do sistema de justiça quando os militares, a polícia e os *gendarmes* que capturam e processam os perpetradores compreendem os padrões das provas necessárias para a acusação, assim como a viabilidade das práticas de detenção e investigação que a lei exige para estes casos. Cumprir estes padrões torna-se mais fácil quando os agentes da defesa, segurança e justiça possuem as ferramentas para comunicar e coordenar entre eles no decorrer do processo de captura, detenção e acusação dos perpetradores suspeitos de COT.¹⁹ Sem esforços coordenados que apresentem resultados visíveis e justos, as investigações e acusações de COT do estado podem perder o seu efeito dissuasor e reduzir a confiança popular nas instituições formais do estado.

Nesse sentido, a partilha de informações secretas com vários organismos de defesa, autoridade e financeiros com o objetivo de interditar traficantes, caçadores furtivos ou contrabandistas pode aumentar a precisão da deteção e reduzir a facilidade com que os perpetradores do COT extraem fluxos financeiros ilícitos. Nos países que procuram combater o COT durante uma reforma do sector, os especialistas recomendam a **coordenação horizontal** entre as agências de investigação e os agentes da autoridade para aumentar as abordagens de prevenção do COT, assim como a **coordenação vertical** dentro das agências de justiça criminal que podem melhorar as sinergias no trabalho dos funcionários das agências ao nível nacional, distrital e local.²⁰

Perguntas para discussão:

- Existem mecanismos transfronteiriços de coordenação para o seu país? Em caso afirmativo, que êxito teve o seu país ou região na coordenação dos esforços dos agentes militares, da autoridade e de justiça para combater o COT?
- Que desafios enfrentou o seu país ou região na coordenação dos esforços dos agentes militares, da autoridade e de justiça para combater o COT?
- Em que medida são diferentes os interesses estratégicos partilhados para o combate do COT nos sectores e agências do seu país? As preferências dos agentes de segurança e de justiça estão alinhadas?

Leitura recomendada:

1. B. Guy Peters, "The Challenge of Policy Coordination," *Policy Design and Practice* 1:1, 2018, -1-11, <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/25741292.2018.1437946>
2. "Gendarmeries and constabulary-type police: Roles and responsibilities of police with mixed military and civilian characteristics," SSR Backgrounder, DCAF, 2019, https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/DCAF_BG_15_Gendarmeries%20and%20constabulary-type%20police_0.pdf
« Les gendarmeries et la police de type constabulaire : Rôles et responsabilités de la police présentant des caractéristiques mixtes militaires et civiles, » Série de documents d'information sur la RSS, DCAF, 2019, https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/DCAF_BG_15_Les%20gendarmeries%20et%20la%20police%20de%20type%20constabulaire_0.pdf

3. Junko Nozawa & Melissa Lefas and Hassane Djibo, "Coordination Between Military Action and the Judiciary" and "The Experience of Niger in Military and Judicial Cooperation" in *When the Dust Settles: Judicial Responses to Terrorism in the Sahel*, Global Center on Cooperative Security, October 2018, pp. 25-35, <https://www.globalcenter.org/wp-content/uploads/2018/10/GC-2018-Oct-Dust-Settles-Judicial-Terrorism-Sahel.pdf>
"La coordination de l'action militaire et l'action judiciaire" et "L'expérience du Niger en matière de coopération judiciaire," dans Quand la poussière retombe: La justice face au terrorisme au Sahel, octobre 2018, Global Center on Cooperative Security, pp. 25-34, <https://www.globalcenter.org/wp-content/uploads/2018/11/GC-2018-Oct-Dust-Settles-Judicial-Terrorism-Sahel-FRA.pdf>
4. "Illicit Flows of Money and Assets," in *Overview of Serious and Organized Crime in Africa*, ENACT Analytical Report, October 29, 2018, pp. 33-34, <https://enactafrica.org/research/analytical-reports/interpol-overview-of-serious-and-organised-crime-in-africa-2018>
"Flux illicites de fonds," dans Evaluation stratégique de la criminalité organisée en Afrique 2018, pp. 44-45, ENACT Rapport analytique, 29 octobre 2018, pp. 44-45, <https://enactafrica.org/research/analytical-reports/evaluation-strategique-de-la-criminalite-organisee-en-afrique-2018>

Leitura adicional:

National Security Strategy Development in Africa: Toolkit for Drafting and Consultation, Africa Center for Strategic Studies, January 2021, <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2021/01/National-Security-Strategy-Development-in-Africa-Toolkit-for-Drafting-and-Consultation-Africa-Center-for-Strategic-Studies.pdf>

Développement d'une stratégie de sécurité nationale en Afrique : Outil de consultation et de rédaction, Centre d'Etudes Stratégiques d'Afrique, janvier 2021, <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2021/01/Developpement-dune-strategie-de-securite-nationale-en-Afrique-outil-de-consultation-et-de-redaction-CESA.pdf>

Kit de ferramentas do para o Desenvolvimento de Estratégia de Segurança Nacional, Centro África de Estudos Estratégicos, janeiro 2021

Martin Ewi & Liesl Louw-Vaudran, « *Insurgents Change Tactics as Mozambique seeks help*, » *ISS Today*, April 20, 2020, <https://issafrica.org/iss-today/insurgents-change-tactics-as-mozambique-seeks-help>

Gernot Klantsching, Philippe Frowd & Elodie Aparé, "Exploring hidden narratives in the West African Tramadol trade and transport of migrants," University of Bristol Policy Briefing 84, June 2020, https://www.bristol.ac.uk/media-library/sites/policybristol/briefings-and-reports-pdfs/2020-briefings-and-reports-pdfs/Klantschnig_Briefing84_West%20African%20Tramadol%20trade.pdf

Semana 3: Facilitação da coordenação de segurança-justiça em áreas urbanas e rurais

Formato: Sessão plenária: Terça-feira, 23 de fevereiro, 12:00-13:30 GMT

Grupo de discussão: Quarta-feira, 24 de fevereiro, 12:00-13:30 GMT

Objetivos:

- Analisar os tipos de atividade criminosa, mercados e vulnerabilidades que do COT que caracterizam as áreas urbanas e rurais na África Ocidental e Austral
- Comparar e contrapor as manifestações de COT e suscetibilidade da comunidade e a resiliência ao COT nas áreas urbanas e rurais, e qual o significado para as estratégias dos estados africanos para combater o COT
- Avaliar que elementos da coordenação entre a segurança e a justiça são mais importantes na resposta ao COT nas áreas urbanas, assim como nas áreas rurais.

Enquadramento

Apesar de as redes e atividades de COT abrangerem as áreas urbanas e rurais, estes dois contextos apresentam desafios diferentes em termos de coordenação. Algumas das «megatendências» que mais afetam o futuro da segurança africana são a rápida urbanização, um aumento demográfico de jovens em todo o continente e um número crescente de pessoas a viver em favelas. Em alguns casos, «a incapacidade das instituições governamentais para resolver ou, pelo menos, mitigar os conflitos fundiários, de direitos de propriedade e de serviços para os residentes urbanos, associada à ausência de respostas ou respostas demasiado severas por parte das agências nas favelas africanas, está a contribuir para uma crescente falta de confiança nas instituições africanas de segurança e justiça».²¹ Algumas das características mais importantes do COT urbano que as estratégias de combate devem abordar incluem: a consolidação de grupos criminosos nas cidades e nos subúrbios, a exploração dos portos aéreos e marítimos por parte das redes criminosas de forma a levarem a cabo as suas operações e a utilização do poder de determinados oficiais de alto nível para facilitar o COT através do seu trabalho em instituições do estado, muitas das quais se concentram nas cidades capitais.

As áreas rurais - em particular aquelas junto às fronteiras - também são críticas para as estratégias e políticas de coordenação de combate ao COT. As cidades fronteiriças podem ser sítios úteis para as pessoas envolvidas nas diferentes partes das cadeias de aprovisionamento do crime organizado estabelecerem ligações, também são localizações estratégicas para os postos oficiais de fronteiras onde as alfândegas, os agentes da autoridade, os serviços de imigração e outras entidades podem monitorizar coletivamente os fluxos de pessoas e mercadorias.²² Nas áreas fronteiriças, as pessoas que partilham os mesmos laços culturais, linguísticos, étnicos e económicos estão frequentemente dispersas pelas fronteiras nacionais e políticas. Estas redes internacionais têm potencial para facilitar a coordenação da segurança, desenvolvimento e governança.²³ Além disso, os tipos de solução exequíveis para combater o COT dependem da confiança que os residentes nas áreas rurais (e nos núcleos periurbanos mais distantes da capital) têm na segurança do estado e nos agentes de justiça. A dimensão da capacidade dos oficiais para desconcentrar ou descentralizar a delegação dos seus deveres também molda as oportunidades para construir a confiança junto dos cidadãos, cujo apoio é necessário para uma coordenação frutífera. Alguns estados africanos têm dificuldade em estabelecer a sua presença nas áreas distantes da capital, o que é necessário para proteger os cidadãos, fornecer infraestruturas e disponibilizar serviços. A fraca presença do estado - em particular nas zonas fronteiriças - arrisca a exacerbação da «desconfiança entre as comunidades locais e o estado e os níveis superiores do crime, insegurança e pobreza».²⁴

Ao examinarmos o funcionamento do COT urbano e rural revela ainda mais que o combate do COT é, na sua essência, um vasto desafio de segurança, desenvolvimento e governança que envolve o estado e a sociedade, incluindo as pessoas das áreas urbanas e rurais. Portanto, se a procuramos melhorar a coordenação para combater o COT, vale a pena ter em consideração que papéis e responsabilidades podem ser atribuídos não só aos militares, aos agentes da autoridade e os oficiais de justiça, mas também às autoridades urbanas e rurais, aos agentes e organizações baseados na comunidade e cidadãos interessados. Idealmente, os agentes urbanos e rurais reunirão o seu conhecimento, partilharão perspectivas e delinearão planos concretos para combater o COT, de formas que resultam em sinergia e «complementaridade positiva» através da coordenação. Alguns elementos de coordenação que os agentes de segurança e justiça africanos já experimentaram podem ter resultado tanto nas áreas urbanas como nas rurais, um exemplo é o estabelecimento de unidades de segurança mistas que contam com oficiais sêniores que partilham antecedentes linguísticos com os residentes urbanos ou rurais em áreas onde está a decorrer o trabalho de combate ao COT. Outros elementos de coordenação poderão ser mais adaptados às dinâmicas sociais ou do COT de uma determinada zona urbana ou rural, por exemplo, a composição das reuniões ao nível distrital poderão incluir diferentes tipos de forças de segurança (polícia e *gendarmes*) ou diferentes tipos de líderes da comunidade nas áreas urbanas e rurais. Em geral, uma boa coordenação exige a compreensão do COT, dos seus fatores catalisadores e das fontes de resiliência em contexto urbano e rural.

Perguntas para discussão :

- Encontra diferenças nas formas como o COT afeta as áreas urbanas e as rurais no seu país ou região?
- Estas diferenças são suficientemente significativas para garantir estratégias urbanas e rurais diferentes para a coordenação da segurança e da justiça?
- Que medidas de desenvolvimento e governança nas áreas urbanas e rurais poderão ter de ser apoiadas pelos agentes de segurança para melhorar os seus próprios esforços de coordenação no combate ao COT?

Leitura recomendada:

1. Stephen Commins, "From Urban Fragility to Urban Stability," *Africa Security Brief 35*, Africa Center for Strategic Studies, June 2018, <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2018/07/ASB35EN-From-Urban-Fragility-to-Urban-Stability.pdf>
« De la fragilité urbaine à la stabilité urbaine, » Bulletin de la Sécurité Africaine 35, Centre d'Etudes Stratégiques d'Afrique, juin 2018, <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2018/08/ASB35FR-De-la-fragilite-urbaine-a-la-stabilite-urbaine.pdf>
« Da fragilidade urbana à estabilidade urbana, » Resumo de Segurança em África, Centro de Estudos Estratégicos de África, <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2018/11/ASB35PT-Da-fragilidade-urbana-a-estabilidade-urbana.pdf>
2. Laurent Touchard, « Policiers, soldats, douaniers : les hommes de la frontière, » dans *Des murs et des hommes : sécuriser les frontières africaines au XXIème siècle*, Institut français des relations internationales, novembre 2018, pp. 34-39, https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/des_murs_et_des_hommes_securiser_les_frontieres_africaines_au_xxie_siecle.pdf
*"Police Officers, Soldiers, and Customs Officers : the Men at the Border," in *Of Walls and Men : Securing African Borders in the 21st Century*, November 2018, pp. 31-36,*

https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/of_walls_and_men_securing_african_borders_in_the_21st_century.pdf

3. Simone Haysom, "From the Maskani to the Mayor : The Political Economy of Heroin Markets in Eastern and Southern Africa," ENACT Research Paper, March 2020, <https://enact-africa.s3.amazonaws.com/site/uploads/2020-03-05-heroin-coast-02.pdf>

"Consumo de heroína "perigoso" na África do Sul e Moçambique," *Notícias ao Minuto*, August 20, 2020, <https://www.noticiasao minuto.com/mundo/1563128/consumo-de-heroina-perigoso-na-afrika-do-sul-e-mocambique>

Leitura adicional:

"Illicit goods trafficking via port and airport facilities in Africa," INTERPOL and ENACT Consortium, June 2020, <https://enactafrica.org/research/interpol-reports/illicit-goods-trafficking-via-port-and-airport-facilities-in-africa>

Kristof Titeca, "Local links across Africa provide key clues to fighting the illegal ivory trade," *The Conversation*, May 3, 2018, <https://theconversation.com/local-links-across-africa-provide-key-clues-to-fighting-the-illegal-ivory-trade-95593>

Maurice Ogonnaya, "Illegal mining and rural banditry in North West Nigeria," ENACT Policy Brief, November 2020, <https://enactafrica.org/research/policy-briefs/illegal-mining-and-rural-banditry-in-north-west-nigeria-responses-successes-and-challenges>

Matt Herbert, "Securing and Stabilising Borders in North and West Africa," ISS Africa Policy Brief, December 18, 2020, <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/pb155.pdf>

Semana 4: Implementação da coordenação inclusiva dos cidadãos e das comunidades

Formato: Sessão plenária: Terça-feira, 2 de março, 12:00-13:30 GMT

Grupo de discussão: Quarta-feira, 3 de março, 12:00-13:30 GMT

Objetivos:

- Considerar as dimensões da segurança, desenvolvimento e governança que moldam a forma como o COT afeta os cidadãos (quer sejam homens/rapazes ou mulheres/raparigas)
- Analisar a forma como as relações da comunidade e dos cidadãos com a segurança do estado e os agentes de justiça afeta a sua confiança nestes atores para implementar localmente esforços de combate ao COT
- Analisar as condições preexistentes que devem estar implementadas para tornar a coordenação segurança-justiça, principalmente os elementos de base do Estado de direito que são frequentemente ignorados (como a inclusão de cidadãos/comunidades e as suas preocupações no processo de coordenação)
- Identificar várias abordagens baseadas na comunidade e centradas nas pessoas das iniciativas dos agentes de segurança, autoridade e justiça para combater o COT

Enquadramento:

Ao coordenar os esforços de combate ao COT, os decisores políticos e oficiais podem construir mais facilmente a resiliência da sociedade em relação ao COT ao dar os passos para avançar com a segurança dos cidadãos em vez de meramente a do estado ou regime. Combater o COT através da coordenação centrada nos cidadãos requer o fortalecimento da capacidade de várias entidades do estado para agir de formas que sejam responsivas às vidas, realidades, experiências, problemas e necessidades diárias das pessoas. Os agentes de segurança e de justiça, assim como os decisores políticos em relação ao COT têm de ter em conta os fatores subjacentes que tornam determinados cidadãos e comunidades suscetíveis ao COT. Alguns desses fatores incluem meios de subsistência locais, a legitimidade do comércio ilícito e a confiança popular no estado.²⁵

Para tornar a coordenação inclusiva das comunidades e dos cidadãos, os agentes de segurança e de justiça do estado podem assegurar que uma grande variedade de perspectivas da comunidade e dos cidadãos sobre o COT são incluídas nos diálogos e consultas realizados para moldar a natureza da resposta do estado. Idealmente, os residentes, os cidadãos e os líderes das comunidades fazem parte das consultas políticas e estratégicas de forma a priorizarem as vulnerabilidades, riscos e ameaças que preocupam os cidadãos e as comunidades. Contudo, mesmo dentro de comunidades específicas, pessoas de géneros, religiões, idades e antecedentes socioeconómicos diferentes poderão experienciar e ver o COT de forma diferente e também poderão sofrer consequências políticas e económicas diferentes decorrentes dos esforços para combater o COT. Também isto é crítico para ter em consideração ao consultar e planear, para fins de coordenação inter-agências a nível internacional e nacional para trabalhar localmente, uma variedade de partes interessadas na comunidade deve apoiar os esforços em questão.

Além disso, as abordagens centradas nas pessoas para fazer face ao COT podem criar resiliência. As abordagens centradas nas pessoas focam-se na variedade de mecanismos de resolução de disputas locais, geração de meios de subsistência, advocacia cívica e provisão de segurança que os residentes e cidadãos criaram para fazer face ao COT.²⁶ Em particular, quando várias partes interessadas locais estão por detrás desses esforços, estes devem ser considerados e debatidos como parte dos esforços de planeamento estratégico nacional e implementação.

Por fim, uma vez que a concertação dos agentes do estado com as redes criminosas é uma forma comum de crime organizado em África, as políticas de resposta ao COT também devem ser originárias de agentes não estatais, em especial da sociedade civil. Dar poder à sociedade civil para exercer uma supervisão independente do estado pode ajudar a combater a corrupção governamental e a promover a transparência e responsabilização do estado perante os cidadãos. Os agentes de segurança e justiça podem auxiliar ao ajudar os seus pares a compreender a importância das instituições de supervisão e ao advogar, da forma que puderem, a realização reformas relevantes. Eles também podem contribuir para a criação de relações de confiança e de respeito pelos direitos com os civis no seu trabalho para combater o COT.

Perguntas para discussão:

- Que aspetos das perspetivas dos cidadãos, da comunidade e da sociedade civil sobre a segurança, o desenvolvimento e a governança é que os agentes de segurança e de justiça devem ter em consideração quando procuram coordenar-se entre si?
- Que perspetivas é que os líderes das comunidades e os grupos da sociedade civil na sua área têm sobre os esforços de segurança e de justiça do estado para combater o COT? Como se explica o seu nível de confiança?
- Como podem os agentes de segurança e de justiça trabalhar juntos para criar relações produtivas com as figuras da sociedade civil, líderes locais e cidadãos nas comunidades mais afetadas pelo COT e garantir a inclusão relevante tanto de homens como de mulheres no processo de tomada de decisões políticas relativas ao COT?

Leitura recomendada:

1. Augustin Loada & Ornella Moderan, “Why Should Civil Society Contribute to Addressing Security Issues?” in *Tool 6: Civil Society Involvement in Security Sector Reform and Governance*, DCAF, 2015, pp. 21-28,

https://dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/SSR_toolkit-T6-EN-FINAL.pdf

“Pourquoi la société civile doit-elle contribuer à la gestion des questions de sécurité ?” dans *Outil 6: Le rôle de la société civile dans la réforme et la gouvernance du secteur de la sécurité*, Centre de Contrôle démocratique des forces armées, 2015, pp. 23-30,

https://dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/SSR_toolkit-T6-EN-FINAL.pdf

“Por que deve a sociedade civil contribuir para a gestão das questões de segurança?”

Envolvimento da Sociedade Civil na Governação e Reforma do Sector de Segurança, Centro de Genebra para o Controlo Democrático das Forças Armadas, 2015, pp. 23-30,

<https://issat.dcaf.ch/Learn/Resource-Library2/Tools/Ferramenta-6-Envolvimento-da-Sociedade-Civil-na-Governacao-e-Reforma-do-Sector-de-Seguranca>

2. Mark Shaw & Tuesday Reitano, “People’s Perspectives of Organized Crime in West Africa and the Sahel,” *Institute for Security Studies – Africa Paper 254*, 2014,

<https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/Paper254.pdf>

“Points de vue de la population sur la criminalité organisée dans l’Afrique de l’Ouest et le Sahel,” *Institut d’Etudes de Sécurité Rapport 254*, 2014,

https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/Paper254_Frenchv2.pdf

“A perspectiva da população em relação ao crime organizado na África Ocidental e no Sahel,” *Institute for Security Studies – Africa Paper 254*, 2014,

https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/Paper254_Port.pdf

3. Francis Massé, Alan Gardiner, Rodgers Lubilo & Martha Themba, "Inclusive Anti-Poaching? Exploring the Potential and Challenges of Community-Based Anti-Poaching," *South African Crime Quarterly* 60, 2017, <https://journals.assaf.org.za/sacq/article/view/1732>

Leitura adicional:

"Justice and Security Dialogue in Saaba," United States Institute of Peace, <https://www.usip.org/programs/justice-and-security-dialogue-saaba>

National Security Strategy Development in Africa: Toolkit for Drafting and Consultation, Africa Center for Strategic Studies, January 2021, <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2021/01/National-Security-Strategy-Development-in-Africa-Toolkit-for-Drafting-and-Consultation-Africa-Center-for-Strategic-Studies.pdf>

Développement d'une stratégie de sécurité nationale en Afrique : Outil de consultation et de rédaction, Centre d'Etudes Stratégiques d'Afrique, janvier 2021, <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2021/01/Developpement-dune-strategie-de-securite-nationale-en-Afrique-outil-de-consultation-et-de-redaction-CESA.pdf>

Kit de ferramentas do Centro África de Estudos Estratégicos para o Desenvolvimento de Estratégia de Segurança Nacional, janeiro 2021

"The Solemn Declaration on Common African Defense and Security Policy," African Union, 2004, <http://www.peaceau.org/uploads/declaration-cadsp-en.pdf>

¹ O foco em atores criminosos, mercados criminosos e fatores de resistência é a abordagem que o Consórcio ENACT propôs no *Organized Crime Index Africa 2019*, um produto de algumas das mais recentes investigações abrangentes sobre o tema a nível continental. Mais informações nas leituras recomendadas.

² Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional e os seus protocolos, <https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf>

³ Mark Shaw, “Africa’s Changing Place in the Global Criminal Economy,” *ENACT Continental Report 1, September 2017*, p. 4.

⁴ Allan Drazen, *Political Economy in Macroeconomics* (Princeton University Press, 2000), p. 4, citing James Alt & Kenneth Shepsle, eds. *Perspectives on Political Economy* (Cambridge University Press, 1990).

⁵ United Nations Economic Commission for Africa, “Illicit Financial Flows: Report of the High Level Panel on Illicit Financial Flows from Africa,” 2015, <https://repository.uneca.org/ds2/stream/?#/documents/Oca955c2-2e56-5120-a605-9e8a7566c7d3/page/1>, p. 43.

⁶ *Organised Crime Index Africa 2019*, ENACT Consortium (Interpol, Institute for Security Studies – Africa, Global Initiative Against Transnational Organized Crime, https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2019/09/enact_report.pdf

⁷ B. Guy Peters, “The Challenge of Policy Coordination,” *Policy Design and Practice* 1:1, 2018, 1-11, <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/25741292.2018.1437946>

⁸ Peters, *op.cit.*; Leilani DeWitt & Bob Dillinger, “Whole-of-Government Teaming Through Collaborative Construction: NRO/NSA Synergy,” *InterAgency Journal* 6:3, summer 2015, 32-38.

⁹ Stephen Ellis & Mark Shaw, “Does Organized Crime Exist in Africa?” *African Affairs* 114:457, October 2015, <https://core.ac.uk/download/pdf/43502813.pdf>, p. 511.

¹⁰ Peters, *op.cit.*

¹¹ US Agency for International Development, “Building Resilience to Recurrent Crisis: USAID Policy and Program Guidance,” 2012, p.5, https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1866/Policy%20%26%20Program%20Guidance%20-%20Building%20Resilience%20to%20Recurrent%20Crisis_Dec%202012.pdf

¹² Ian Ralby, “Cooperative Security to Counter Cooperative Criminals,” *DefenceIQ*, March 21, 2017, <https://www.defenceiq.com/naval-maritime-defence/articles/cooperative-security-to-counter-cooperative>

¹³ Daniel Laurence, “New regional information sharing system launched in Seychelles to counter illegal fishing, drugs, piracy,” *Seychelles News Agency*, September 6, 2018, <http://www.seychellesnewsagency.com/articles/9698/New+regional+information+sharing+system+launched+in+Seychelles+to+counter+illegal+fishing%2C+drugs%2C+piracy>

¹⁴ O Estatuto da AFRIPOL indica no Artigo 3 que um de seus objetivos é "facilitar a prevenção, detecção e investigação do crime organizado transnacional em coordenação com as instituições policiais nacionais, regionais e internacionais".

¹⁵ Peters, *op.cit.*, p.6.

¹⁶ DeWitt & Dillinger, *op.cit.*

¹⁷ Peters, *op.cit.*, pp. 8-9.

¹⁸ Tuesday Reitano, Lucia Bird Ruiz-Benitez de Lugo & Sasha Jespersen, eds. *Militarised Responses to Transnational Organised Crime: The War on Crime*, London: Palgrave Macmillan, 2016.

¹⁹ Junko Nozawa & Melissa Lefas and Hassane Djibo, “Coordination Between Military Action and the Judiciary” and “The Experience of Niger in Military and Judicial Cooperation” in *When the Dust Settles: Judicial Responses to Terrorism in the Sahel*, Global Center on Cooperative Security, October 2018, <https://www.globalcenter.org/wp-content/uploads/2018/10/GC-2018-Oct-Dust-Settles-Judicial-Terrorism-Sahel.pdf>

²⁰ United Nations Security Sector Reform Task Force, “SSR Integrated Technical Guidance Notes: Transnational Organized Crime and Security Sector Reform,” 2016, https://www.unodc.org/documents/organized-crime/SSR_TOC_ITGN_2016_WEB.pdf

²¹ Stephen Commins, “From Urban Fragility to Urban Stability,” *Africa Security Brief 35*, Africa Center for Strategic Studies, June 2018, <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2018/07/ASB35EN-From-Urban-Fragility-to-Urban-Stability.pdf>, p.1.

²² African Union Development Agency-NEPAD, *One-Stop Border Post Sourcebook, 2nd Edition*, 2016; Kristof Titeca, “Local links across Africa provide key clues to fighting the illegal ivory trade,” *The Conversation*, May 3, 2018, <https://theconversation.com/local-links-across-africa-provide-key-clues-to-fighting-the-illegal-ivory-trade-95593>

²³ OECD/SWAC, *Cross-Border Cooperation and Policy Networks in West Africa*, West African Studies, OECD Publishing, 2017, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264265875-en>

²⁴ Dominic Naish, “Security and Conflict Management in the African Borderlands: A People-Centered Approach,” *African Centre for the Constructive Resolution of Disputes (ACCORD)*, April 24, 2017, <https://www.accord.org.za/conflict-trends/security-conflict-management-african-borderlands/>

²⁵ Mark Shaw & Tuesday Reitano, “People’s Perspectives of Organized Crime in West Africa and the Sahel,” *Institute for Security Studies – Africa Paper 254*, 2014, p. 14.

²⁶ Naish, *op.cit.*